

3. A Singularidade de Uma Transnacional

*“[...] empresa com pulmão de ferro, [...] ferro na alma”
Maria Cecília Minayo*

De empresa estatal, hoje privatizada e de caráter transnacional, a Vale expressa na organização e desenvolvimento de seu processo de trabalho, nas condições de produção e em sua atuação “no social”, *locus* privilegiado de nossa pesquisa, as relações de produção e reprodução próprias do capitalismo em seu estágio contemporâneo.

A história da Vale está imbricada com a formação sócio-econômica, política e ideológica da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que se confunde com a formação da classe trabalhadora no Brasil.

Conforme destacado anteriormente, uma das singularidades dessa empresa foi a “recriação” de certas características do sistema de industrialização, largamente utilizado no final do século XIX até meados do século XX, especialmente no ramo têxtil, das fábricas com “vila operária”. No ramo das siderurgias e das minerações consolidadas após a Segunda Guerra, vão surgir no país as cidades-vilas operárias, criadas e desenvolvidas pela própria fábrica.

A novidade quanto à Vale foi a incorporação de toda uma cidade já pré-existente – Itabira -MG, conforme destacado anteriormente, que foi ocupada por uma companhia estatal, passando a desenvolver sobre ela as mais diversas relações, inclusive de dominação (LOPES, citado por MINAYO, 1986, p.14).

Outro aspecto singular

as sucessivas etapas do desenvolvimento da Vale levam-na a viver intensamente os processos de mudança no país como ator fundamental do bem sucedido progresso econômico e industrial. Porém o fato de se relacionar, por vocação, no ambiente internacional, torna-se fortemente sensível à crise do modelo de capitalismo fordista, antes que isso fosse sentido pela maioria das empresas nacionais (MINAYO, 2004, p.62-63).

Nas seções seguintes buscaremos resgatar a trajetória histórica da Vale, sua origem, expansão, transformações imbricadas com o desenvolvimento industrial brasileiro, e com as estratégias de legitimação do capital em sua frenética busca pela acumulação em seu duplo e contrário movimento de cobrir os conflitos, e atuar no “social”. Para tanto, recorre, com um hábil manuseio do acervo de controle, repressão, à força de trabalho, ao mesmo tempo em que busca esvaziar os conflitos com “uma pedagogia que propugna, ideologicamente, interesses coletivos e não contraditórios entre capital e trabalho” (MINAYO, 2004, p. 244) até os dias atuais com os mecanismos da denominada “manipulação coercitiva.”

3.1.

A construção de uma empresa: *Guapo*, Companhia- Mãe, Transnacional.

A Vale⁶⁷ é hoje a segunda maior empresa de caráter transnacional do ramo da mineração e metais e a primeira a ser privatizada na década de noventa, no bojo das “reformas” empreendidas pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado. Em 1995, a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD - foi incluída no Programa Nacional de Desestatização pelo Decreto nº 1.510, de 1º de junho, assinado pelo referido presidente da República, e privatizada em 7 de maio de 1997, quando o Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) venceu o leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, adquirindo 41,73% das ações ordinárias⁶⁸ do Governo Federal por US\$ 3,338 bilhões, que representavam 27% do capital total da empresa.

Fazendo parte da *primeira geração* de empresas estatais, uma das características da empresa é que, como sua atividade primeira voltava-se essencialmente à exportação de minérios, isso a colocava numa condição de

67) Para a recuperação da trajetória da empresa desde suas origens até o momento atual nos amparamos nos estudos de Minayo (1998; 2004); Paraíso (1989) e consulta no endereço eletrônico da empresa.

68) As **ações ordinárias** são as que permitem, dão direito a voto a seus portadores; já as **ações preferências** não dão acesso ao voto e no caso da Vale continuaram nas mãos de acionistas privados.

menor submissão aos controles estatais. Para Dain (1978), a CVDR foi a menos “pública” das empresas estatais atuando como um conglomerado que aplicava seu excedente segundo as oportunidades de investimentos existentes.

Outro aspecto, não menos importante, é que o controle e a privatização do setor produtivo estatal, de acordo com Minayo (2004, p.237) “é antiga e vem acompanhando o processo de crescimento dessas empresas, desde os governos militares.” Mas somente esse desejo terá eco na crise mundial do petróleo de 1970 e já no bojo das mudanças internacionais relativas ao tamanho do Estado e sua redução na área de infra estrutura, se concretizando nas duas décadas posteriores.

Sua marca e seu nome foram alterados em 2007. A CVRD, no segundo semestre de 2007, por decisão da sua direção e do seu conselho de administração, deu início à mudança do nome e da logomarca da empresa, com previsão de um ano para a sua conclusão. A justificativa, dada pela empresa, foi que após a aquisição da mineradora de níquel canadense Inco, em 2006, que a levou para segundo lugar do ranking mundial das mineradoras, era necessário reposicionar a empresa no mercado de forma mais compatível com seu status de companhia multinacional. O reposicionar significava, segundo a empresa, a adoção por ela de novos conceitos, agora, internacionais, mas que quer ser identificada com o Brasil. Segundo seus executivos, a companhia é mais forte que conhecida. Fornece matéria-prima para diversas empresas com marcas facilmente reconhecidas, mas os produtos da Vale não são identificados, ou imediatamente associados aos produtos que dele derivou.

A idéia foi criar uma marca de identificação forte e que fosse associada a tudo que é criado a partir do ferro produzido pela companhia. Interessante ressaltar que, em outubro, quando começou a ser veiculada essa mudança, a palavra *Vale* foi a mais cogitada a desaparecer da antiga nomenclatura da companhia, e o que era divulgado era a grande chance da permanência do nome Rio Doce, dentro do propósito então alegado pela empresa de dupla identificação: **seus produtos e por ser do Brasil a Vale, ainda que transnacional**. Não foi o que aconteceu. Após dez anos de privatização, e em meio ainda a muitas controvérsias quanto à venda da mineradora, e a defesa por parte de movimentos sociais e entidades como Comissão Pastoral da Terra/CPT e Conselho Indigenista Missionário/CIMI à realização de um plebiscito para avaliar a sua venda, a

mudança ocorreu. Na época do processo de privatização da Vale, vários ocupantes de altos escalões não concordavam com o processo de mudança e

[. . .] havia uma crença, da qual muitos compartilhavam, de que a CVDR, por ser uma empresa muito produtiva ‘ela sempre funcionava como uma empresa privada, lucrativa, só não deu lucro na época de sua criação’ e, por defender o direito às riquezas do subsolo brasileiro, deveria ser poupada da privatização (MINAYO, 2004, 296).

Outro aspecto desejado pela empresa com a mudança, segundo Costa (2007), era romper com os laços que ainda ligavam a atual empresa com a ex-estatal. Era, portanto, importante livrá-la do losango e das barras de seu anterior logotipo, que estavam associados, de alguma forma à simbologia de patentes militares que remetiam à época da ditadura militar, conforme pode ser verificado na imagem abaixo:



Figura 1.

A marca que passou a vigorar é Vale, e o novo símbolo que a representa consiste em uma imagem que lembra, como querem os diretores, ao mesmo tempo um coração com a letra V, e feita nas cores (verde e amarelo) da bandeira do Brasil.



Figura 2.

De acordo com o presidente da empresa, Roger Agnelli, no lançamento da nova marca, ela representa que não há diferenças de países, religião ou princípio. “Aqui, somos todos da Vale”, afirmou ele, e prosseguiu explicando a mudança:

[. . .] em qualquer lugar do mundo, a pronuncia Vale é fácil. Vale significa valor. É um nome curto e de fácil fixação. O logo, eu vejo um coração, porque adoro essas coisas de emoção. Pode ser um símbolo de infinito. Ao mesmo tempo, é um símbolo da vale e de uma mineradora a céu aberto já no seu plano final. Se colocar de cabeça para baixo, parece o triângulo de Minas Gerais. É um momento importante para colocar todos os empregados na mesma família. Há um trabalho pesado agora, para mudar todas as marcas, todas as logos de todos os lugares (www.oglobo.com/economia/mat/2007/11/29/11/327370354.asp).

Em 2006, a Vale consolidou seu processo de internacionalização com presença na China, Cazaquistão, Taiwan, Indonésia, Coréia do Sul, Nova Caledônia, África do Sul, Suíça, Gabão etc, marcando presença em 32 países dos cinco continentes.

Maior empresa de mineração a céu aberto do mundo nascida nos anos 40 no Brasil, em Minas Gerais, sob a força de trabalho dos *muques* dos “homens de ferro”, hoje se encontra presente em 13 estados brasileiros. A Companhia é considerada líder mundial na produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, além de possuir as maiores reservas de níquel do planeta. Atualmente, a empresa vem também desenvolvendo projetos de geração de energia voltados para o autoconsumo, de forma a garantir competitividade.

A Vale também é produtora global de concentrado de cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês e ferroligas, conforme destacado no quadro abaixo:



Figura 3.

Os produtos produzidos e comercializados pela Vale são adquiridos pelos seguintes países e regiões conforme gráfico setorial abaixo, e a empresa tem como seus principais compradores os maiores grupos de siderurgia mundial⁶⁹.

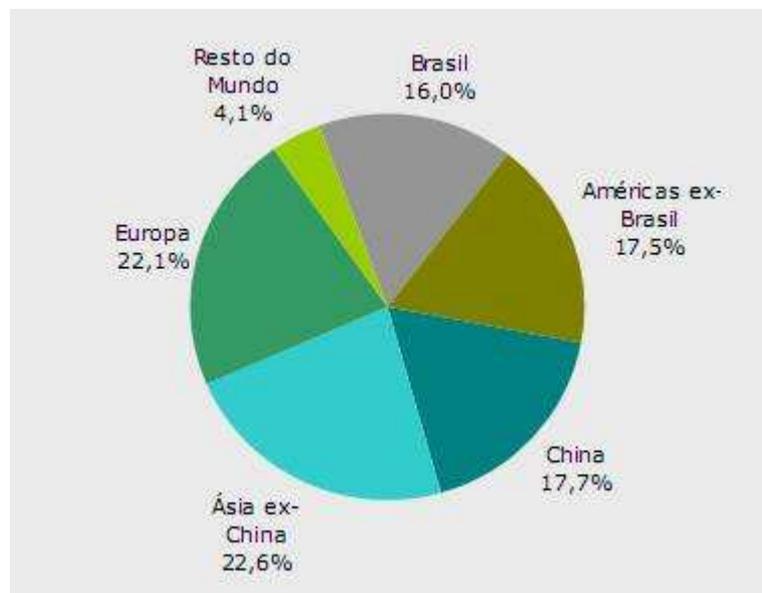


Figura 4

69) As italianas Ilva e Lucchini (grupo russo Severstal); Corus (grupo indiano Tata); ArcelorMittal (França e Holanda); Taiwan China Steel Corporation; Baosteel (maior grupo de siderurgia chines); ThyssenKrupp (Alemanha), Nisshin Steel, Sumitomo, Kobe Steel, JFE Steel, Nippon Steel (Japão); POSCO (Coreia); Erdemir (Turquia).

Há quem afirme que a Vale é uma empresa *sem rosto e sem país* (Carrano, 2006), não somente pelas novas características que assumiu como multinacional, mas em boa parte pela participação de empresas estrangeiras, bem como empresas do setor financeiro nacional, em seu controle acionário da Vale.

Segundo dados obtidos no site da Bovespa⁷⁰ e fornecidos pela empresa, ela é controlada nominalmente pela Valepar, conglomerado criado para ser o seu maior acionista, possuidor de 53,3% das ações ordinárias⁷¹. O Brasil é detentor de 6,8%, e uma gama de investidores, sendo 13% brasileiros e 26,6% estrangeiros, não possuem mais de 5% das cotas. A Valepar é composta por várias sociedades: o fundo de pensão da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ⁷² que através da sociedade Litel Participações SA tem 39% das cotas da sociedade -; com 21% a Bradespar SA⁷³ - sociedade de investidores ligada ao grupo Bradesco e controlada por vários sujeitos entre os quais a Fundação Bradesco (que atua no “social”-); a empresa siderúrgica japonês Mitsui & Co. Ltda com 18% de participação na Valepar; 10% com os fundos de pensão brasileiros Petros, Funcef and Fundação Cesp, através da sociedade Litel Participações SA; a República Federal do Brasil com 11,51% das ações.

A Previ é dona da maioria das ações da Valepar, mas daí a dizer que os funcionários do Banco do Brasil teriam o controle, é diferente, porque ter um voto é uma coisa, mas ter o controle da administração da empresa é outra. Quem toma as decisões sobre os investimentos são os diretores dos fundos de pensão,

70) www.bovespa.com.br

71) Ainda em Carrano (2006), temos que as ações totais não explicam a estrutura de controle da companhia, subdividida em duas frentes. Primeiro, as ações ordinárias, que dão direito a voto nas definições de políticas da empresa (reinvestimentos, por exemplo), e a princípio as mais importantes do ponto de vista do controle sobre a empresa. Na outra frente, as ações preferenciais (maioria) não dão direito a voto, mas detêm a preferência nas distribuições de lucros na forma de dividendos.

72) A PREVI é o maior acionista de Vale, e é o maior fundo de pensão da América Latina, podendo participar dele somente os dependentes do Banco do Brasil, de propriedade do Estado. Em março de 2007 o Previ assinou a adesão aos Princípios para o Investimento Responsável (Principles for Responsible Investment⁷²), uma proposta de Unepfi (United Nations Environment Programme Finance Initiative) e do Global Compact, que visa integrar os objetivos sociais, ambientais e de corporate governance para as decisões de investimento. Mas esses princípios não impõem obrigações, muito menos vinculam a investir em sociedades responsáveis.

73) Segundo Ubiratan Cazetta, do Ministério Público do Pará, citado por Carrano (2006) e que investigou a participação do banco no leilão da mineradora, os fundos Previ não têm o maior poder de decisão da empresa. "Os fundos de pensão são investidores na Vale, ao passo que a Bradespar se apresenta como a face executiva, o que determina a participação no dia a dia, nas decisões mais estratégicas, é o que garante a ele participação nas decisões".

uma classe dominante ligada ao governo, como comentou o sociólogo Chico de Oliveira (CARRANO, 2006).

No endereço eletrônico da Vale a representação da configuração acionária é assim apresentada:

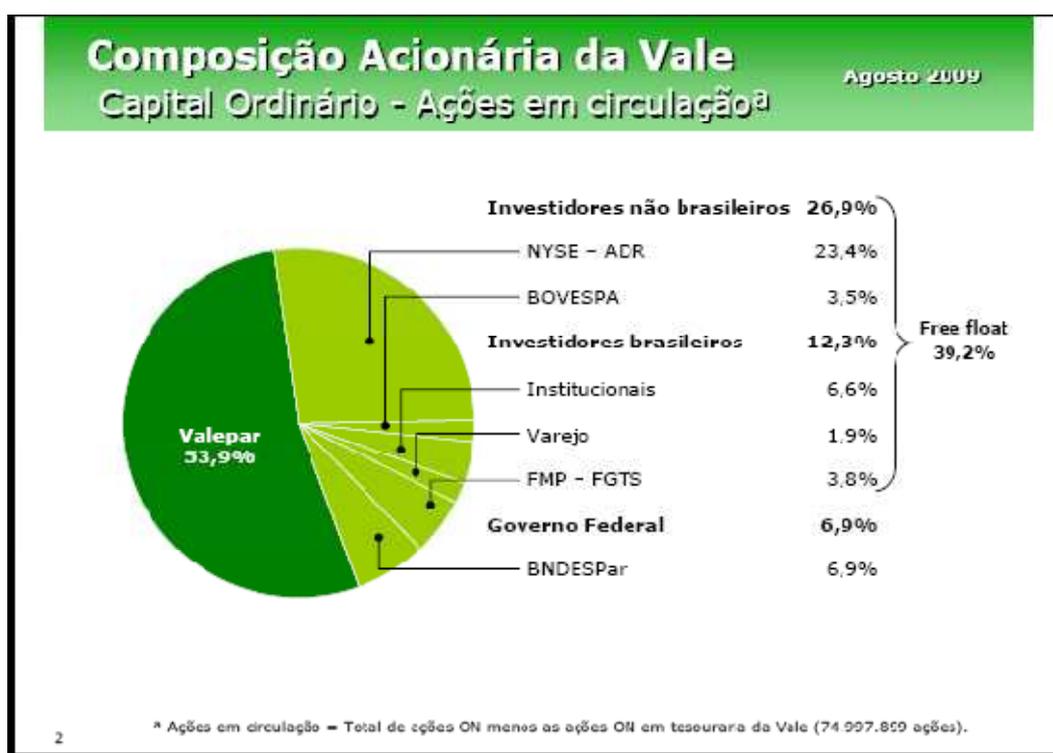


Figura 5.

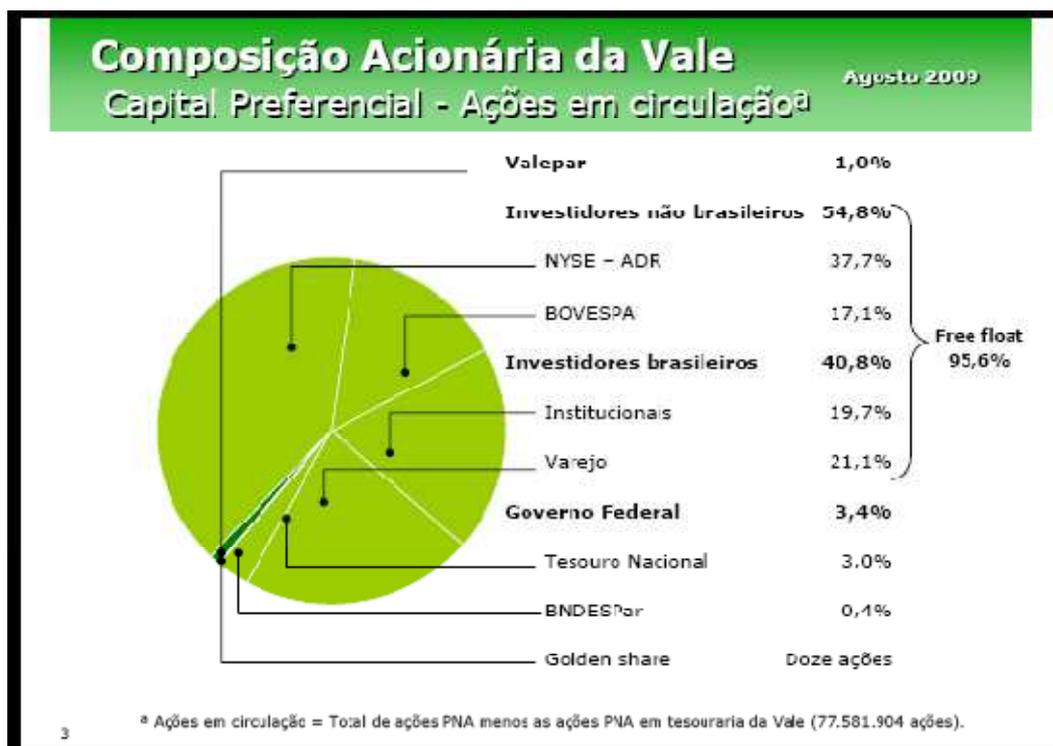


Figura 6.

Se hoje é difícil identificar quem é de fato o “patrão” na Vale, em seu processo de criação até a sua privatização isso não ocorreu. Suas origens encontram-se na Fundação da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas (CEFVM), em 1901, sendo inaugurada oficialmente em 13 de maio de 1904, no trecho entre as estações Cariacica e Alfredo Maia, no Espírito Santo. A construção da estrada de ferro concorre efetivamente para a ocupação do Vale do Rio Doce, especialmente, nas regiões dos municípios Aimorés e Resplendor, e se processou com conflitos territoriais. Os trilhos da estrada de ferro cortavam o território indígena dos Krenak (grupo pertencente aos Aymorés/Botocudos) e os conflitos já existentes com os Kráís (homem branco), desde o século XIX, se intensificaram.

Segundo o *Lauda Antropológico* Pericial Relativo à Carta de Ordem N° 89.1782/0, oriundo do Supremo Tribunal Federal e relativo à área Krenak elaborado por Paraíso (1989), várias são as referências (Ollian, 1965; Caldas, 1918; Estigarribia, 1920; Lima, 1923) sobre a ocupação dos Krenak nas barras dos municípios de Aimorés e Resplendor e que até o ano de 1920 viviam em grande quantidade. No período entre 1905 a 1909 os índios resistem à construção do

“**Guapo**” (nome dado pelos índios à Maria-Fumaça e designava “monstro que vomita fogo”). À noite, grupos indígenas faziam expedições para arrancar os trilhos, colocando pedras para dificultar a passagem da máquina.

Até constituir-se em empresa nacional, a inicial *Brazilian Hematite Syndicate* transformou-se na *Itabira Iron Ore Company*, controlada pelo empresário Percival Farquhar, em 1911, quando o empresário estadunidense adquiriu todas as ações do *Brazilian Hematite Syndicate*.

A CVDR surgiu efetivamente três meses após a assinatura do Acordo de Washington (três de março de 1942) entre Inglaterra, Brasil e EUA em Itabira, cidade do interior mineiro. A cada um dos países envolvidos cabia uma tarefa, À Inglaterra cabia devolver ao Brasil o grupo de jazidas de minério de ferro do estado de Minas Gerais, comprado anteriormente pela *British Itabira Company*. Ao Brasil coube: a criação da empresa (que assumiria a exploração das jazidas); encampar a Estrada de Ferro Vitória-Minas, trazendo a ferrovia até Itabira; restaurá-la para que comportasse a importante função de exportar com exclusividade para a Inglaterra e Estados Unidos, durante três anos 1.500.000 toneladas ano (Minayo, 2004). O governo norte americano forneceria os equipamentos e os técnicos para as obras da estrada de ferro e da mina. Deveria também cobrir os gastos com os novos equipamentos e conceder empréstimos. Este acordo também firmava a gestão conjunta da empresa nacional por brasileiros e norte americanos até que os empréstimos fossem liquidados, passando a direção e gestão exclusivamente para os brasileiros. Mas muitos foram os conflitos neste período.

Vocacionada para a exportação, e que se mantém até os dias atuais, a empresa nasceu no contexto de intensificação industrial no país, mas paradoxalmente, na “contramão” do processo de substituição de exportação. Getúlio Vargas, em 1930, afirmava a importância e a necessidade de diversificação da produção e da substituição de importações. Em sua plataforma quando ainda candidato da Aliança Liberal declara:

O problema econômico pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar o excedente. . . O surto industrial só será lógico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão todas, a maior parte das

máquinas que lhe são indispensáveis. Daí, a necessidade de não continuarmos a adiar, imprevidentemente, a solução do problema siderúrgico (Ianni, 2004, p. 61).

São dessa época, 1934, no Brasil, o Código de Minas e o Código da Águas, os quais expressam a nova conjuntura mundial, econômica e política, e visava defender a posse e a exploração das fontes de energia e minérios em benefício da economia nacional, em pleno ambiente nacionalista.

O objetivo da CVRD era de explorar, comercializar e transportar minério de ferro das minas de Itabira; explorar o tráfego da Estrada de Ferro Vitória-Minas e, ainda configurava em suas propostas, melhorar a região do Vale do Rio Doce. Para tanto, a Companhia adquiriu o acervo da estrada de ferro, recebeu as propriedades da *British Itabira Company*, assumiu as responsabilidades pelas despesas e a construção do cais de Minério de Ferro no Porto de Vitória e ainda impulsionou um amplo programa de saneamento e incentivo à industrialização da região do Vale do Rio Doce (Minayo, 2006).

Em sua etapa estatal, a Vale configurou-se como uma empresa de capital misto, tendo como maior acionista o Tesouro Nacional. 90,91% das ações eram do governo federal e jurisdicionado ao Ministério de Minas e Energia. Ressalta-se que a CVRD congregou uma elite composta por empresários, políticos, e muitos engenheiros oriundos da Escola de Minas de Ouro Preto, e também por uma considerável ala de militares (Carvalho, apud Minayo 2006, p. 59).

Os anos iniciais da Companhia são de ingentes dificuldades, devido ao seu projeto econômico-político ser de imensa envergadura, o que exigia para a sua efetividade uma soma muito maior da que foi prevista e disponível. Adiciona-se a essa questão problemas de ordem técnica que surgem nas minas: os processos de exploração são manuais, e as condições da ferrovia são muito precárias, com descarrilamentos frequentes entre 1942-1943. Somente em 1944 é que novos equipamentos começam a chegar, e, devido à Guerra e com a sua atividade voltada para o comércio exterior, muitas foram às vicissitudes sofridas pela empresa. Com o Plano Marsahll, em 1947, a situação começou a equilibrar, e aos dez anos de existência da CVDR, ela atingiu a cota de exportação prevista inicialmente. A eficiência das empresas estatais, quanto à geração de lucros, segundo Martins (1985) e Almeida (1999), ambos citados por Minayo (2004), foi

marcante e não raras vezes os aparatos político-burocráticos não estavam preparados para acompanhar a competitividade e o gerenciamento de sua função social.

O período de 1952 até 1972 é considerado para Minayo (2004) como a fase da Vale do *império da maquinarias*. Nesta fase, o governo brasileiro assume definitivamente o controle do sistema operacional da Vale e uma diversidade de projetos e atividades são iniciadas e concluídas, dentro do modelo fordista de acumulação. A CVRD, em 1962, criou a subsidiária Vale do Rio Doce Navegação S.A. – Docenave -, dentro de seu propósito de instalação de terminal intermodal (mina - estrada de ferro - porto) e se tornando, posteriormente, devido a sua expansão nesta área, a principal fornecedora de serviços de logística no Brasil, sendo responsável por 68% da movimentação de cargas em ferrovias e 27% da movimentação portuária.

Em 1966, têm início as operações do Porto de Tubarão de Vitória, sendo que em 1959 é inaugurado o Cais do Paul, no Porto de Vitória. No final dos anos sessenta, implanta-se o Complexo Industrial de Tubarão transformando a Região da Grande Vitória em importante centro logístico brasileiro.

No final da década de sessenta, é constatada a ocorrência de minério de ferro em Carajás (PA), e, em 1970, um acordo torna a empresa sócia majoritária do empreendimento de Carajás (PA), junto com a United States Steel Corporation, empresa que através de sua subsidiária, a Cia. Meridional de Mineração, fez a descoberta das jazidas.

A Vale, atualmente com sua sede no Brasil, possui mais de 100 mil empregados próprios e terceirizados, representados por 52 sindicatos, segundo dados obtidos em seu site. Para se ter uma visão da dimensão das consequências das mudanças do padrão de acumulação flexível na Vale, é significativo os dados do Sindicato Metabase das minas de Itabira:

[. . .] são cerca de 50 “empresinhas” com um universo de 2.900 empregados, atuando dentro da Companhia. Esse número é mais elevado que o dos trabalhadores diretamente empregados, atualmente em torno de 1.638. Além dos salários muito mais baixos do que recebem os trabalhadores da Vale, têm acesso a muito poucos direitos sociais. Quase não tiram férias, pois as empresas em que trabalham se constroem e se desmancham ao sabor dos contratos da Companhia (Minayo, 2004, p. 300).

3.2. “A Geografia da Transnacional”

A atual estrutura da empresa, que tem forte e estreita relação com o crescimento incomensurável que experimentou a partir dos anos cinquenta, é hoje diversificada, complexa e dinâmica. As mudanças que vivenciou e que lhe deram direção pode ser verificada nas sistemáticas alterações em sua página eletrônica, que expressa de forma significativa a sua sintonia com as mais recentes e frenéticas transformações do mundo. Minayo (2004, p. 235) destaca que atualmente a empresa tem uma forte estrutura de inteligência e “talvez por ter nascido ligada à geografia do mundo pela cultura da exportação, a CVRD sempre foi antenada com as transformações da produção e do comércio internacional.”

As características abordadas anteriormente no tocante a mundialização do capital - acelerada internacionalização das empresas, a desregulamentação e internacionalização dos mercados financeiros, a revolução tecnológica na área dos transportes, comunicação, processamento e transmissão de informação - ganham maior visibilidade neste item em que buscamos apresentar, pela via dos negócios empreendidos pela empresa à sua organização. Um aspecto deve ser novamente ressaltado: a empresa, ao longo dos seus anos de existência, expandiu de forma incomensurável,⁷⁴ e a estrutura que aqui apresentaremos, longe de ser um retrato,

74) A Vale possui 105 propriedade minerais quais sejam: AEM, AGUAPEÍ, ALEMÃO, ANDRADE, ANTAY, APACHE BASIN, ARTHRATH,B-20 JV (B20 & BAIE-DES-SABLES), BAHUDOPI - , ALAA - ANTAM,BAMBAS WEST (LINCE),BAOVALE,BAZOOKA GOLD,BELVEDERE,BIRCH LAKE/SPRUCE ROAD,BROKEN HILL JV, BURCHELL LAKE - CVRD,CADAM (MINA DE CAULIM),CAPRE,CAPRE (WALLBRIDGE JV),COMPLEXO DA MINA DE ALEGRIA, CORDILLERA DE LAS MINAS, CRISTALINODENISON, EAGLE DOWNS,FOOTWALL,FOY (DISTAL FOY/ SUDBURY),GALIURO,GEMINI,GOROTIEBAGHI,HARTY (SUBDURY),HARTY-LEINSTER (SUDBURY),INAJÁ,JAZIDA VICTOR DEEP,JAZIDAS NORTE,KIRKWOOD,KNP/ BIG FOUR,KNP/ BULONG,KNP/ GOONGARRIE,KNP/ HIGHWAY & HIGHWAY EXTENDED,KNP/ KALPINI,KNP/ SIBÉRIA, KNP/ WINDANYA, LAC EDOUARD/LAC BOIVIN,LANSDOWNE HOUSE,LAS FLECHAS,MANCHESTER LEASE,MCKIM,MEL,MINA BIRCHTREE, MINA CARVÃO CAMBERWELL THERMAL,MINA DE ÁGUAS CLARAS, MINA DE CAPÃO XAVIER, MINA DE CARVÃO CAMBERWELL METALLURGICAL, MINA DE CARVÃO CARBOROUGH DOWNS, MINA DE CARVÃO DE GLENNIES CREEK COAL, MINA DE CARVÃO DE ISAAC PLAINS METALLURGICAL, MINA DE CARVÃO ISAAC , INS , MAL, MINA DE COBRE CLIFF SOUTH (KELLY), MINA DE COPPER CLIFF NORTH, MINA DE CREIGHTON, MINA DE GARSON, MINA , GERTRUDE MINE, MINA DE LEVACK (COMPLEXO LEVACK), MINA DE MAR AZUL, MINA DE MCCREEDY EAST / COLEMAN, MINA , MCCREEDY WEST (COMPLEXO LEVACK), MINA DO AZUL, MINA DO PICO DO ITABIRITO, MINA DO SOSSEGO, MINA RIO VERDE, MINA STOBIE, MINA THOMPSON, MINA URUCUM,MOATIZE CARVÃO, MONTCALM, MORRO DA MINA, MT

é uma pintura⁷⁵ construída a partir das informações obtidas em seu endereço eletrônico, dos boletins e informes digitais e impressos da empresa e das obras de Minayo (1986; 2004), que nos serviram de guia e referência.

Da pequena Itabira, *o monstro cresceu seus tentáculos* tendo a ferrovia e, posteriormente, o porto à combinação *mina-ferrovia-porto* na produção e comercialização de seus produtos. Em 2003, a empresa juntamente, com a Mitsui, empresa japonesa da área de logística para negócio de transporte intermodal (mina-ferrovia-porto), ampliou seus negócios. Sua estrutura logística atingiu cerca de 10 mil quilômetros de malha ferroviária, cinco terminais portuários - localizados em Vitória, Sergipe e Maranhão - e um terminal rodo-ferroviário. Segundo dados disponíveis em seu sítio eletrônico em 2008, os seus portos e terminais marítimos movimentaram 26.176 milhões de toneladas de carga geral e os serviços de logística geraram receita bruta de US\$ 1,607 bilhão, 5,3% a mais do que em 2007. O transporte ferroviário de carga geral contribuiu com US\$ 1,303 bilhão, os serviços portuários, com US\$ 255 milhões, a navegação de cabotagem e os serviços de transporte marítimo, com US\$ 49 milhões. O desenvolvimento e a implementação de projetos de logística, permitem à Vale participar de negócios em segmentos de grande importância na economia brasileira, que representam 40% do Produto Interno Bruto (PIB) e cerca de 28% do mercado total de logística no país, ligados à agricultura (açúcar, milho, trigo, fertilizantes, soja e farelo), combustível e produtos químicos, construção (cimento, clínquer, coque, escória e bauxita), siderurgia (matérias-primas, ferro-gusa, produtos acabados e semi-acabados, com destaque para bobinas, lingotes, placas, tarugos, tubos, vergalhões, fios-máquina e perfis metálicos), produtos

EVELYN PROJECT, NICKEL LAKE, NÍQUEL DO VERMELHO, ONÇA PUMA, P.T. INCO (SOROAKO), PARAGOMINAS, PEDRA PRETA, PIPE COMPLEX , PE , & # 2 MINES), PODOLSKY (NORMAN), PORTO TROMBETAS - MRN, PPSA (MINA CAULIM), PROJETO 118, PROJETO , BANDOWAN WEST, PUMP LAKE, RANCHILLOS / RIO BLANCO, RIVERS (HESS / SUDBURY), ROE HILLS, ROOK 2, RUMBLE CREEK , HITE GOLD JV, SALOBO, SAND HILL, SANTA RITA-BRASIL, SÃO DESIDÉRIO, SISTEMA NORTE (CARAJÁS), SISTEMA , ESTE -VALE, SUWAR, TAQUARI - VASSOURAS, TIRACAMBU, TOCANTINS, VICTORIA - CVRD, VOISEY'S BAY (*DISCOVERY) WADI QUTABAH, WARBURTON/ RUBICON; http://brasil.infomine.com/companies/listings/20332/vale_-_companhia_vale_do_rio_doce.html

75) É Demo citado por Minayo (1992) ao tratar da relação sujeito objeto em pesquisa qualitativa, discute a sua dinâmica e reveladora via de mão dupla no processo de objetivação e, portanto, de construção do real.

florestais (toretas de madeira, celulose, papel e painéis de madeira) e rochas ornamentais (blocos de granito e mármore).

As aquisições da Vale, no final dos anos 90 e início desta década, foram estratégicas e fundamentais para permitir o salto da empresa. Com a compra da mineradora MBR, a Vale recebeu um terminal portuário e participação na ferrovia MRS, que pertence também à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e faz a ligação entre Minas e os portos de Sepetiba, do Rio e de Santos. Ao assumir a Ferteco, aumentou sua fatia na MRS e recebeu mais um terminal marítimo. Outro terminal veio com a aquisição da Samarco. Hoje, a Vale tem sete terminais de minérios – praticamente a totalidade dos existentes no País, com perfil especializado. Em 2006, das 242,5 milhões de toneladas exportadas pelo Brasil, cerca de 89,5% (217,1 milhões) foram fornecidas pela Vale (Disponível em: <http://www.bovespa.com.br/Principal.asp> acesso em 17/11/2008).

Em 1990, a Vale concluiu as obras e instalação do laboratório florestal em Linhares (ES), equipado para diversos tipos de análise e pesquisas em biotecnologia. Mas é importante ressaltar que, bem antes, em 1956 a empresa comprou a Reserva Florestal de Linhares, do Governo do Espírito Santo, com área de 23 mil hectares.

Nas décadas seguintes, a empresa amplia a diversificação de seus negócios, mas fortalecendo a sua atividade de extração mineral, em curso desde o seu ingresso no segmento de alumínio com o início em 1982 com as operações da Valesul Alumínio S.A, no Rio de Janeiro (RJ).

No século XXI, em 2004, o projeto de expansão prossegue com a inauguração da primeira mina de cobre do Brasil, no Pará - Mina do Sossego, com estimativa de que em 2010 ela esteja produzindo 650 mil toneladas anuais. A região do Pará se tornou, com as recentes descobertas de uma variedade e riqueza de jazidas de minerais, o grande pólo de investimento da Vale. O sul e o sudeste do Pará concentram as maiores fontes de riqueza mineral do mundo: contém a maior reserva mundial de minério de ferro de alto teor, além de grandes reservas de manganês, cobre, ouro e minérios raros. No processo de descobertas e beneficiamento, produção dos produtos minerais a Vale conta com o Centro de Desenvolvimento Mineral, um complexo laboratorial voltado para pesquisa não somente no Brasil, mas na América Latina.

Outro investimento da Vale tem sido a questão energética, o que demonstra a sintonia da empresa com a atual questão mundial e vem desenvolvendo estudos com o uso de combustíveis alternativos, ao mesmo tempo

em que investe na produção da tradicional energia nacional. Em janeiro de 2006, entrou em regime de operação comercial plena a Usina Hidrelétrica de Aimorés, um consórcio entre a CEMIG e a empresa, gerando 140MW para o Sistema Elétrico Brasileiro.

Na área de siderurgia, a Vale vem desenvolvendo vários projetos como: ThyssenKrupp CSA (Rio de Janeiro); Companhia Siderúrgica de Pecém (CSP) - Ceará; Aços laminados do Pará (ALPA); Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU) – Espírito Santo. As duas primeiras em construção e com previsão para entrar em operação em 2010 e 2013 respectivamente. Já as outras duas, a expectativa é o funcionamento iniciar em 2013 e 2014, respectivamente.

Conforme o quadro abaixo os principais novos investimentos da Vale são:

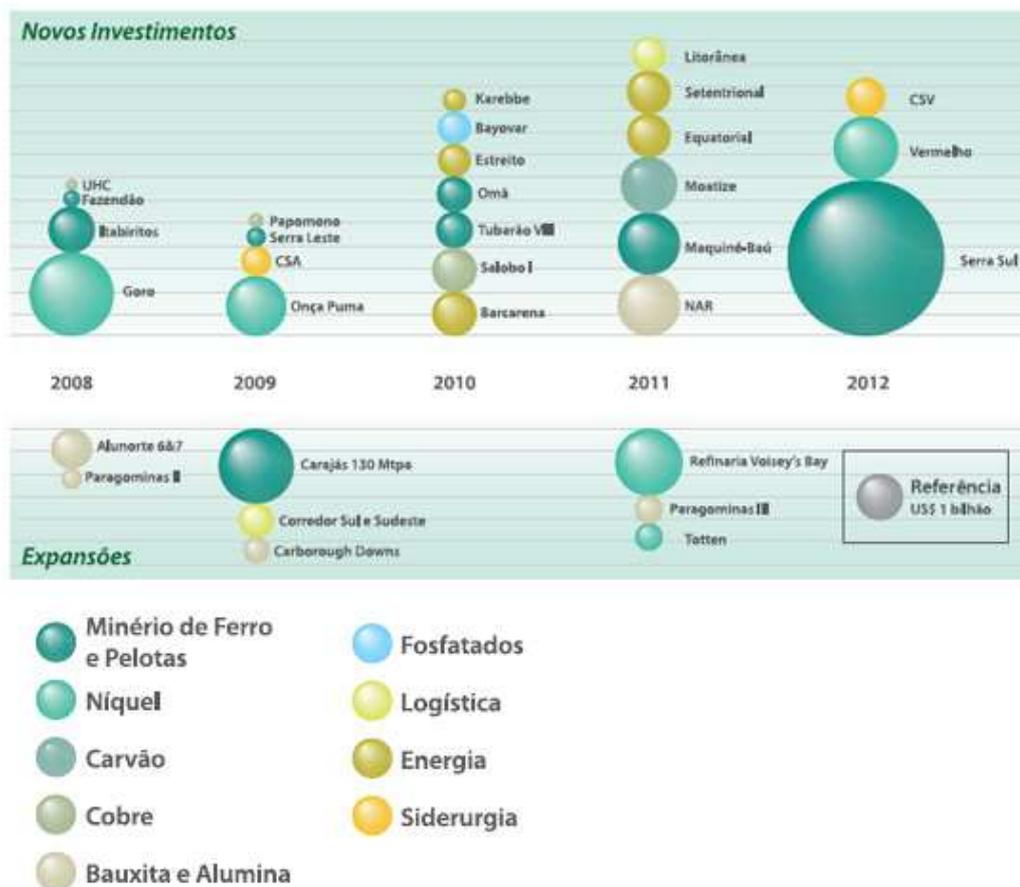


Figura 7. Novos investimentos da Vale.

Todo o complexo de atividades da Vale se organiza em dois sistemas produtivos: o *Sistema Sul* e o *Sistema Norte*. No Brasil, os minérios são explorados por três sistemas integrados, que são compostos por mina, ferrovia, usina de pelotização⁷⁶ e terminal marítimo.

O Sistema Sul tem em Itabira as mais antigas minas, Cauê e Conceição, e que deram início a atual *geografia* da empresa. Engloba, ainda, as minas de Urucum (Mato Grosso do Sul), Ouro Preto, Mariana, Barbacena e Santa Rita, além da mina da Unidade Morro da Mina (todas em Minas Gerais). A produção é principalmente ferro-sílico-manganês. As atividades se expandem através da Ferrovia Vitória-Minas até o Complexo Portuário de Tubarão, em Vitória (ES), e para o Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, pela MRS Logística formando o *Sistema Sul*, com 75,7 bilhões de toneladas por quilômetros úteis - tku - transportados pela EFVM, com uma extensão de 905 Km.

O processo de trabalho de extração e beneficiamento do minério neste Sistema tem as etapas de britagem, classificação e concentração, com jazidas que possuem aproximadamente 4,5 bilhões de toneladas de reservas de minérios de ferro. Para este processo de transformação do minério, já na década de sessenta a empresa construiu um complexo de usinas de pelotização em Vitória, no Espírito Santo. A Vale possui neste terminal - Tubarão - sete usinas, com capacidade de produção anual de 25 milhões de toneladas de pelotas e mais uma usina, esta em construção. Com o novo projeto inaugurado recentemente - em Itabiritos -, o total de usinas de beneficiamento do minério, passará para onze. O investimento é alto, da ordem de 2,3 bilhões, e com capacidade de produção de dez milhões de toneladas de minério de ferro por ano. As unidades dessa nova planta entre a Mina do Pico e a Vargem Grande em Nova Lima serão interligadas por um mineroduto de cerca de 5 km.

No *Sistema Sul*, a Vale abriu um novo trajeto da região noroeste de Minas Gerais (entre as cidades de Corinto e Pirapora) até o Porto de Tubarão (ES), ligando duas ferrovias a Ferrovia Centro Atlântico - FCA e Vitória a Minas - EFVM. Segundo informações da Vale, a iniciativa de revitalização dessa malha ampliou o corredor

76) Pelotização: o minério de ferro se apresenta bruto ou beneficiado e na usina de pelotização, pellet feed é transformado em pelotas, com tamanho médio de 11,5 mm de diâmetro. As pelotas são pequenos aglomerados de minério de ferro. Elas são feitas com uma tecnologia que permite utilizar os finos gerados durante a extração do minério, que antes eram considerados resíduos do processo. As pelotas são usadas na fabricação do aço, que serve para fazer coisas pequenas, como agulhas, e grandiosas, como um foguete espacial. Quase todas as máquinas e veículos têm o aço como um de seus componentes.

exportador da produção local como soja, milho, álcool e açúcar e do consumo de insumos, como fertilizantes, defensivos e sementes. O Porto de Tubarão atende cerca de 700 navios por ano e com capacidade de movimentar 80 milhões de toneladas de minério de ferro/ano e 17 milhões de outrosprodutos.

Quanto ao *Sistema Norte*, este compreende o sistema integrado mina-ferrovia-porto, composto pelas minas a céu aberto, pela planta industrial de tratamento de minério de ferro, pela Estrada de Ferro Carajás, que possui 892 quilômetros de extensão, e pelo Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís (MA). A partir do Terminal, o minério de ferro de Carajás é exportado para o mundo inteiro, com o direito de explorar comercialmente 720 km da Ferrovia Norte-Sul (FNS) que se interliga com Estrada de Ferro Carajás (EFC) e vem seguindo em direção ao centro-oeste como consequência da expansão interna e externa da Vale.

Descoberta em 1967, a Província Mineral de Carajás possui reservas de aproximadamente 16 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor, e em 1989, a Vale bateu o recorde com a exploração de 108 milhões de toneladas métricas de ferro. Essa qualidade permite que uma parcela expressiva dos produtos seja gerada apenas por etapas de britagem e classificação. Carajás tem uma capacidade de produção de 100 milhões de toneladas por ano (Mta). Para permitir a adequação granulométrica dos produtos, a usina de beneficiamento possui equipamentos que realizam operações de moagem, peneiramento a úmido e classificação do minério. As etapas são: britagem primária, britagem e peneiramento secundário, britagem e peneiramento terciário, moagem, ciclonagem e filtragem de pellet feed. O objetivo da usina de beneficiamento é obter três produtos de granulometrias distintas: pellet-feed, sinter-feed e granulado.

Ao chegar ao Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, o minério é estocado em pátios e, posteriormente, destinado para embarque – à exceção do pellet-feed, que segue para a produção de pelotas na Usina de São Luís.

3.3.

O Braço Social da Empresa: instituição do “terceiro setor”

Acompanhando o movimento das exigências contemporâneas do desenvolvimento industrial, a Vale, em 2000, tem sua atuação social reconhecida por lei. Se anteriormente, em sua fase estatal, e configurando-se como uma empresa com função social, a empresa criou a Fundação Vale do Rio Doce -

FVRD - para atender às questões de moradia de seus trabalhadores, após 30 anos de sua existência e com o processo de privatização, seu objetivo inicial altera-se.

Segundo a pesquisa do jornal A Folha de São Paulo (2001), as empresas de grande porte vêem a responsabilidade social como parte do negócio e criam institutos e fundações para gerenciarem as ações. Já as de médio porte buscam organizar um voluntariado interno sob a coordenação de algumas lideranças, e as pequenas empresas têm em seu próprio dono a ação da atuação social (Simões, 2008, p. 467).

Giuliani (2007, p. 151) também assevera que

em geral, esta autodenominação [empresas socialmente responsáveis] se restringe às empresas de maior porte, às que têm alta capacidade de investimento em inovação tecnológica e atuam em mercados internacionais.

A filantropia, o trabalho voluntário, a responsabilidade social, a cidadania corporativa ganharam notoriedade no meio empresarial e passaram a distinguir as empresas “qualitativamente”. Prêmios, classificações, selos de qualidade foram introduzidos a fim de certificar as “boas” empresas.

Garcia (2004), em seu estudo, discute como a responsabilidade social empresarial se tornou um negócio. A referida autora, ao destacar as distinções entre ações de filantropia e de responsabilidade social, as faz considerando que a importância em demarcar as diferenças entre essas práticas, para muitos integrantes do campo da filantropia empresarial, indica uma prática restrita e paternalista. A desconfiança para com o uso desse termo para representar a atual atuação social empresarial e formulação de práticas sociais realizadas pelo setor empresarial, em muito se explica pela prática religiosa no campo social e pela reflexão teórica e política em torno da assistência social. Quanto primeira, os “integrantes da filantropia empresarial buscaram outras referências menos alusivas ao aspecto valorativo da religião”; quanto ao segundo, “freqüentemente se atribui à filantropia um caráter amador e despolitizado.”

A necessidade de distinção entre as ações de responsabilidade social e as relacionadas à filantropia não resulta, em geral, de um problema de universo de abrangência, em que uma forma (responsabilidade social) contém outra (filantropia empresarial), mas de uma diferença conotativa, em que a

responsabilidade social aparece como portadora de valores considerados mais consistentes e fomentadores de capital social (Garcia, p.23).

Cumprе ressaltar que o capital social, segundo Simões (2008, p.472), foi desenvolvido por Fukujama (1999), Putnam (1993) e Hunout (1995), o que resultou na qualificação dos fundos públicos ou privados como recursos ou investimentos sociais quando aplicados na melhoria das condições de vida da população. O capital social é considerado “como um conjunto de normas que promovem confiança e reciprocidade na economia, constituída por redes, organizações sociais e pela confiança partilhada entre as pessoas, fruto de sua própria interação social.”

Desta forma, os recursos do chamado terceiro setor advêm da própria sociedade civil, que pode ser nacional ou internacional; ou de financiamentos diretos ou indiretos do Poder Público. Os diretos ocorrem através de convênios, contratos ou termos de parcerias com vistas a implementar ações de interesse social, e podem, além de ser monetários, consistir também em serviços e equipamentos. Já os indiretos se dão mediante incentivos tributários, por meio da imunidade ou isenção tributária (privilégios fiscais). Esse conjunto de financiamentos privados e públicos forma o que os teóricos do terceiro setor denominam de capital social e que acreditam que a economia deste setor pode resolver

problemas básicos do desenvolvimento social, por meio de milhares de organizações vivendo com um mínimo de sustentabilidade e atuando autonomamente e em parceria com o Estado, nos mais diversos níveis do desenvolvimento social e humano, gerando projetos, assumindo responsabilidades, empreendendo iniciativas e mobilizando recursos (Falconer e Roberto, 2001 apud Simões, 2008, p. 474).

Não é sem reservas que tal concepção é analisada tanto pelos os signatários do credo de Milton Friedman, para quem a única responsabilidade social dos negócios é gerar lucro, como pelos os críticos posicionados à esquerda. Mas o que nos interessa aqui e que vai ao encontro da afirmação acima é

Como se vê, o social torna-se, aos poucos, objeto das atividades empresariais, transferindo do Estado para a sociedade civil, ainda mais considerando-se a profissionalização do trabalho voluntário, sob critérios gerenciais, com planos de carreira e bonificações [. . .] Simões (2008, p. 475).

Transformado em marketing social, a atuação social sob a marca da responsabilidade social possibilita às empresas a “obtenção de vantagens competitivas de mercado.” A incorporação de um valor ético, este sintonizado com o campo dos direitos humanos (direitos sociais, ambientais, de saúde, enfim todos os direitos que hoje compõem o quadro da cidadania) e relacionado ao produto, liga-se à marca da empresa. O produto – mercadoria – que em seu processo de transformação tinha valor-trabalho agregado, agora se junta aos valores éticos, e estes “criam” mais valor sobre o produto e incrementando o ciclo do consumo. Uma nova imagem do produto é erguida. Novos e comprometidos consumidores com as mais diversas causas sociais e ambientais são fidelizados à empresa.

[. . .] o *valor-trabalho, transferido ao produto, passou a agregar um valor ético* que, por ser imaterial, obviamente não pode ser constatado em laboratório, como, por exemplo, a ausência de aditivos químicos, conservantes ou açúcar, na propaganda dos produtos considerados naturais. Somente o marketing social pode agregá-lo, não ao produto físico, portanto, mas à marca” (SIMÕES, 2008, p. 468).

O marketing social, a responsabilidade social, enfim, a atuação social dos empresários se processou no bojo da reforma do Estado, aludida anteriormente. Os governos de FHC foram marcados pela adesão a um tipo de administração pública gerencial e acompanharam o movimento internacional das idéias neoliberais, introduzindo programas de “ajuste estrutural”, sob a justificativa de se enfrentar a crise fiscal do Estado.

O neoliberalismo surgiu de uma reação contra a crise fiscal do Estado e por isso passou a ser identificado com cortes nos gastos e com o projeto de reduzir o “tamanho” do Estado. Logo, porém, tornou-se claro para as administrações socialdemocratas que o ajuste fiscal não era uma proposta de cunho ideológico, mas condição necessária para qualquer governo forte e efetivo. Isso, aliado à óbvia superioridade da administração pública gerencial sobre a burocrática, levou governos de diferentes orientações ideológicas a empreenderem reformas administrativas, quase sempre visando duas metas: a redução dos gastos públicos a curto prazo e o aumento da eficiência mediante uma orientação gerencial, a médio prazo (Pereira, 1998, p. 32).

O debate que se seguiu a estas mudanças, que alteravam a lógica dos direitos sociais expressos na Constituição de 1988, foram intensos e no meio acadêmico provocou um conjunto de estudos entre as diferentes matrizes do pensamento social. É em Behring (2003) que encontramos profunda e contundente análise sobre esse período e processo, melhor nominado de “contra-reforma do Estado”. Para a referida autora, são desencadeados mecanismos e estratégias poderosos de convencimento da urgência e necessidade daquele processo, que buscou em última instância a legitimidade do mercado como o lócus da sociabilidade e da perda de direitos como uma necessidade de governabilidade e governança.

O lugar “possível” dado a política social nesta conjuntura foi definida longe dos parâmetros das “conquistas da economia política do trabalho” garantidas pelo Estado de Bem-Estar. A política social construída no pacto social dos ideais beveridgeanos, com tendência universalista e redistributiva na cobertura dos riscos sociais, foi alterada e ganhou contorno e estrutura de políticas focalistas e seletivas (Behring, 2008, p. 47). Diminuir o Estado, mas não qualquer Estado, estava em curso.

O Estado Social acusado de “perdulário, ineficiente, paternalista” (Behring, 2008, p. 48). foi substituído pelo Estado gerencial, e “descentralizar, delegar autoridade” foi a idéia geral, que exigia uma estrutura administrativa reformada. Para tanto, era preciso “definir claramente os setores que o Estado opera, as competências e as modalidades de administração mais adequadas a cada setor” (Pereira, 1998, p. 32).

A “modernização” do Estado foi realizada e quatro setores foram estabelecidos: ganhava centralidade o *núcleo estratégico* com a competência de definir leis, as políticas e também fazê-las ser cumpridas – sendo o Parlamento, os tribunais, presidente, ministros, governadores, secretários e cúpula dos servidores civis as instâncias responsáveis -; *os serviços exclusivos* são as atividades que garantem diretamente o cumprimento e o financiamento das leis e políticas públicas e envolvem o poder de Estado, integrando esse setor às forças armadas, à polícia, à agência arrecadadora de impostos e também às agências reguladoras, às agências de financiamento, fomento e controle dos serviços sociais e de seguridade social; *a produção de bens e serviços para o mercado* é o setor

formado pelas empresas estatais; e o que atinge profundamente a arquitetura política das políticas sociais construídas e consolidadas em 1988 é o setor dos *serviços não-exclusivos*, relacionados às áreas de educação, saúde, cultura e de pesquisa científica, considerados todos os que o Estado provê, mas que podem também ser oferecidos pelo setor privado, e pelo setor público não estatal (não-governamental) (Pereira, 1998, p. 33-34).

O ponto fulcral dessa contra-reforma recaiu sobre o domínio das atividades *exclusivas* criando as “agências autônomas” – as chamadas agências reguladoras, mantidas integradas ao Estado -; e no domínio do setor das *não-exclusivas* transformando as suas atividades em “organizações sociais” e estas localizadas no setor público não-estatal. Um aparato *jus-institucional* foi erguido e em 15 de maio de 1998, a Lei n. 9.637 instituiu as organizações sociais. Considerada como

peessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, [a organização social - OS] criada por particulares, sob a forma societária, que se habilita, perante a administração pública, a obter sua qualificação, por meio da qual é declarada como *entidade de interesse social e utilidade pública* (SIMÕES, 2008, p. 430),

Passaram a exercer serviços públicos, antes atribuídos à administração pública direta e podendo receber recursos do fundo público. Neste aspecto, cumpre ressaltar que a contra-reforma do Estado atingiu o orçamento público destinado ao financiamento da seguridade social.

Segundo Boschetti (2009, p.334),

e talvez [a] mais destrutiva forma de desmonte é a via orçamento. As fontes de recurso não foram diversificadas, contrariando o dispositivo constitucional, e permanece a arrecadação predominantemente sobre a folha dos salários. Ocorre uma usurpação de 20% dos recursos da seguridade social para o pagamento da dívida pública por meio da Desvinculação das Receitas da União. [. . .] quem paga a maior parte da conta da seguridade social são os trabalhadores, com desconto na folha, sendo que as contribuições sociais baseadas no lucro (CSLL) e faturamento das empresas (Cofins) acabam sendo transferidas para as mercadorias onerando os consumidores.

Seguindo essa perspectiva de análise, compreender essas mudanças no âmbito das estruturas administrativas e que mantém relação intrínseca com a

organização e operacionalização das políticas sociais requer entender a sua relação com a política econômica. Os recursos do fundo público que financiam as políticas sociais sofriam também mudanças: desde a sua redução para a composição do superávit primário, como sua (re) alocação nas instituições do terceiro setor, com rebatimentos em última instância, não somente na redução dos direitos sociais, como na compreensão de quem é o garantidor dos direitos sociais. E, segundo Oliveira (citado por Behring, 2008, p.53), o fundo público, no atual estágio do capitalismo tem centralidade para a sua reprodução, visto que “a formação da taxa de lucro *passa* pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível”. Para Francisco de Oliveira (1998), o fundo público também é um campo de tensão em que tanto o capital quanto o trabalho para a sua reprodução buscam garantir a repartição do financiamento público. A força de trabalho busca a cobertura da verba pública para suas necessidades humanas básicas pelas vias das políticas públicas e, “o capital, com sua força hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, de participação no mercado financeiro “(Behring, 2008, p.53).

Uma descentralização estava em processo de implementação compreendida como repasse de responsabilidades para as municipalidades e tendo nas Organizações Não-Governamentais, sem fins lucrativos, no voluntariado, nas empresas socialmente responsáveis localizadas na sociedade civil, *locus* “renomeado” de terceiro setor, como a região da virtude, solidariedade, eficácia e eficiência no trato de uma “cultura [em] crise” (Behring, 2008, p.48).

Nesse processo de mudanças, criações e recriações das entidades filantrópicas, das associações, das sociedades simples, fundações, enfim, das *peçoas jurídicas sem fins lucrativos* com suas respectivas possibilidades de titulações e qualificações (utilidade pública, registro no Conselho Nacional de Assistência Social, entidades de fins filantrópicos, entidades beneficentes de assistência social, organizações da sociedade civil de interesse público, organizações sociais, parceria público privada), essas entidades ganharam destaque no quadro do chamado terceiro setor em pleno contexto de descentralização e a conseqüente alocação do fundo público.

O conjunto de entidades não estatais, sem fins lucrativos que prestam serviços de interesse público, por meio do trabalho voluntário, assalariado, ou pelo regime associativo, com ou sem parceria com os órgãos estatais ou empresas privadas, podem obter do Estado alguns benefícios, receber subvenções, firmar convênios e também pleitear a declaração de enquadramento aduaneiro para fins de isenção do imposto de importação⁷⁷. A exigência, para tanto, é o registro da entidade junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para a obtenção do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos – CEFF⁷⁸ (Simões, 2008, p.471).

As fundações são consideradas entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que se destinam a um fim cuja finalidade, segundo Simões (2008. p. 404-405, somente poderá ser de cunho religioso, moral, cultural ou assistencial, sendo protegida pelo art. 127 da Constituição Federal. A fundação “não tem sócios, filiados ou associados, mas tão somente destinatários”, podendo ainda seu instituidor ser pessoa particular ou do Estado, e o órgão fiscalizador da fundação é o Ministério Público do Estado em que ela está situada.

Segundo a linguagem praxista, costuma-se denominar de pública quando o Estado é seu instituidor, por meio de lei (art. 37, XIX CF), hipótese em que seu patrimônio advém de recursos públicos; e de privada quando seu instituidor ou fundador é pessoa física ou jurídica privada, que cede seus bens, total ou parcialmente, para o patrimônio funcional, por meio de escritura pública ou testamento (art. 62 CC), para fins lícitos, não lucrativos e de interesse coletivo (SIMÕES, 2008, p. 404).

No bojo deste quadro, a Companhia passou a designar à Fundação o papel de agente social em todos os locais de atuação da empresa. A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos e responsáveis pela atuação social de sua mantenedora, mas ela não centraliza todos os investimentos sociais da empresa.

77) O Art. 152 do Decreto nº 91.030/1985 do Regulamento Aduaneiro, declara que são isentos do pagamento de impostos os bens doados no exterior por instituições ou particulares, desde que destinados a instituições científicas, educacionais ou de assistência social brasileiras. É indispensável que a entidade filantrópica que receberá a doação esteja devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social

78) “Desde 1988, estão organizadas em sindicato patronal, o Sindicato das Instituições Beneficentes, Filantrópicas e Religiosas no Estado de São Paulo, até então representadas pelo SINDHOSP. Formou-se também a Associação das Entidades Filantrópicas de Assistência Social do Brasil – AEFAS” (Simões, 2008, p. 471)

De acordo com o *Relatório de Sustentabilidade* da Companhia Vale do Rio Doce de 2006, a Fundação e a empresa Vale juntas investiram no social cerca de 286 milhões. De acordo com afirmações encontradas em seu sítio eletrônico, enfatiza as ações sociais desenvolvidas junto às comunidades onde estão inseridas as suas unidades operacionais, e assevera: “a inserção na comunidade pressupõe o entendimento de que a Companhia é parte desta comunidade”.

A perspectiva de atuação da Companhia no social através de seu braço social - a Fundação Vale - segue a auto-representação expressa na **missão** da Vale conforme se verifica em seus documentos eletrônicos:

[. . .] a atuação da Vale é pautada por uma gestão transparente, pelo respeito aos direitos dos acionistas, pela proteção ao meio ambiente, pelo desenvolvimento de seus empregados e pela promoção da melhoria da qualidade de vida das comunidades. Por meio da Fundação Vale do Rio Doce, realiza programas sociais voltados ao desenvolvimento territorial sustentado das regiões onde está presentes, sempre orientados por um profundo respeito aos valores e costumes locais.

Com a obtenção em 2000 do Título de Utilidade Pública Federal a Fundação, passou a gozar do benefício de isenção do imposto de renda e de outras contribuições previdenciárias. Os pagamentos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS), da Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL), o Imposto Nacional de Seguro Social patronal (INSS), a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), bem como recebem o abatimento de até 2% (dois por cento) sobre o seu Lucro Operacional em função da doação de recurso financeiro feita à Fundação.

Passou também a estabelecer parcerias com o poder público para o desenvolvimento de seus projetos sociais. Seu papel, conforme auto-define⁷⁹, visa ao desenvolvimento das comunidades onde está presente, a fim de **fortalecer as pessoas e respeitando as identidades** [grifos nossos] locais através de patrocínio, promoção e incentivo a projetos sociais com políticas de ação comunitária e desenvolvimento social das comunidades. Uma das estratégias da Fundação para

79) Os dados apresentados aqui sobre a Fundação Vale foram obtidos no endereço eletrônico ao longo dos anos de 2007 e 2008 e atualizados em 2009:
<http://www.vale.com/vale/CGI/cgilua.exe/sys/start.htm> acesso em 25/05/2009.

o desenvolvimento de seus atuais programas sociais é o recentemente implantado estudo sobre os territórios onde a empresa se encontra com atividades econômicas, denominados como “**verdadeiros diagnósticos** [grifo nosso], que contribuem para orientar o trabalho de longo prazo, implementado em parceria com o Poder Público e a sociedade civil organizada” (disponível em: <http://www.vale.com/vale/CGI/cgilua.exe/sys/start.htm>, acesso em 25/05/2009).

Outra estratégia é a criação de **centros de referências** [grifo nosso] - as Estações Conhecimento/Núcleos de Desenvolvimento Humano e Econômico – com foco em atividades de educação profissionalizante, esporte e cultura para crianças e jovens. A Fundação Vale define os valores que declaram nortear a sua missão que é:

[. . .] contribuir para o desenvolvimento integrado - econômico, ambiental e social [grifo nosso] - dos territórios onde a Vale atua, articulando e potencializando os investimentos sociais, fortalecendo o capital humano nas comunidades e respeitando as identidades culturais locais. [tendo a] ética, transparência, comprometimento, co-responsabilidade, accountability (capacidade de prestar contas e de assumir a responsabilidade sobre seus atos e o uso de recursos) e respeito à diversidade (disponível em: <http://www.vale.com/vale/CGI/cgilua.exe/sys/start.htm>, acesso em 25/05/2009).

Os dez programas estruturados pela Fundação - Escola que Vale; Trem da Vale; Vale Juventude; Educação nos Trilhos; Vale Alfabetizar; Museu Vale; Vale Música; Rede que Vale; Voluntários Vale; Novas Alianças - são implantados, ao longo do território por onde corta a cadeia produtiva da empresa, do norte ao centro-oeste, até ao sudeste do país, e de acordo, conforme informa o site, com as necessidades apontadas nos diagnósticos realizados.

A Estação Conhecimento, Núcleo de Desenvolvimento Humano e Econômico, foi recentemente implantada e tem o objetivo de disseminar conhecimentos, novas tecnologias e novas formas de ensinar a jovens e crianças, prioritariamente, por meio de educação profissionalizante, atividades esportivas, culturais e a formação de empreendedores e cooperativas. Essas atividades são desenvolvidas em parceria com o poder público, notadamente as prefeituras com a cessão de seus funcionários.

A qualificação que recebem estimula práticas educativas que relacionem o cotidiano dos alunos e das comunidades. [...] É um legado de conhecimento para as regiões e municípios onde atuamos. A intenção é promover ações integradas, de longo prazo, que contribuam para o desenvolvimento integral da pessoa – físico, emocional e intelectual – de maneira, **a fazer com os jovens tenham autonomia e condições de conquistar suas aspirações e seus sonhos** [grifo nosso] (disponível em: <http://www.vale.com/vale/CGI/cgilua.exe/sys/start.htm>, acesso em 25/05/2009).

As ações implementadas partem dos resultados obtidos com o estudo sobre a comunidade a fim de identificar as necessidades de cada uma. A Fundação Vale informa a metodologia utilizada: conhecimento sobre o território (realização do diagnóstico em socioeconomia); elaboração do Plano de Gestão Integrado em Socioeconomia (formação do grupo gestor); execução do plano (fortalecimento da perspectiva do território); monitoramento do plano (construção da linha de base e indicadores).

Programa Escola que Vale teve início no ano de 2000 e busca promover a melhoria do ensino, atuando em conjunto com os agentes responsáveis pelo ensino público, criando parcerias com secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, Conselhos de Direito, ONGs e instituições especializadas em programas educativos. Desenvolve este programa através de oficinas de arte, leitura e escrita e acesso à internet como instrumentos de formação, sistema de acompanhamento e avaliação e metodologia de planejamento pedagógico participativo; e da implantação e manutenção da Casa do Professor, cujo fim é o processo de formação profissional continuada para professores, supervisores e diretores de escolas públicas. Encontramos esse programa nas seguintes regiões e localidades: Minas Gerais - Aimorés, Barão de Cocais, Belo Vale, Catas Altas, Congonhas, Governador Valadares, Rio Piracicaba e São Gonçalo do Rio Abaixo; Espírito Santo - Baixo Guandu e João Neiva; Maranhão - Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Arari, Pindaré-Mirim e São Luís; Pará - Barcarena, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Ipixuna do Pará, Marabá, Ourilândia do Norte, Paragominas e Parauapebas. Até 2007, 93.601 pessoas foram beneficiadas (disponível em [:http://www.vale.com/vale/CGI/cgilua.exe/sys/start.htm](http://www.vale.com/vale/CGI/cgilua.exe/sys/start.htm), acesso em 08/07/2008).

Programa Trem da Vale é um programa de educação patrimonial que acontece em Minas Gerais nas cidades de Ouro Preto e Mariana. Desenvolve

várias ações como: Vale Preservar que visa à inserção da Educação Patrimonial no ensino formal. E se dirigida ao 2º Ciclo do Ensino Fundamental por meio de trabalhos interdisciplinares, conforme orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Busca envolver a comunidade escolar em processo continuado de reflexão sobre o patrimônio cultural e natural e suas perspectivas de preservação; Vale Conhecer visa o levantamento e o apoio a ações de educação patrimonial realizadas pelas comunidades de Mariana e Ouro Preto, a fim de que essas iniciativas possam ser replicadas e perpetuadas; Vale Registrar é uma ação que volta-se para a coleta e disseminação de depoimentos sobre histórias de vida e testemunhos temáticos relacionados à ferrovia e à mineração, sempre seguindo metodologia específica de registro da história oral; Vale Promover tem o objetivo de divulgar o patrimônio da região por meio da implementação de diversos instrumentos informativos, educativos e interpretativos do patrimônio cultural e natural. Com este programa a Vale busca o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural e natural das comunidades envolvidas, sob a perspectiva de sua apropriação e preservação. Os programas educativos e culturais foram desenhados para se contrapor ao processo contemporâneo de desenraizamento social e promover ações consistentes de inclusão social e cultural. No ano de 2007, segundo dados obtidos no endereço eletrônico acima informado, 56.436 passageiros fizeram o passeio entre Ouro Preto e Mariana e 6.448 entre alunos e professores se beneficiaram das ações do programa.

Programa Educação nos Trilhos teve seu início em 2000 e hoje é desenvolvida ao longo das estradas de ferro Carajás (Marabá, Parauapebas, Açailândia, Santa Inês, São Luís) e Vitória a Minas (Baixo Guandu, Cariacica, Aimorés, Belo Horizonte, Governador Valadares, Conselheiro Pena, Tumiritinga, Itabira, Resplendor). O público alvo é passageiros e comunidade locais, e cerca de 400 mil pessoas por ano na linha de Carajás e 1,2 milhão por ano na de Vitória participaram do programa. O Canal Futura e o Serviço Social da Indústria (Sesi) através de seus Departamentos Regionais do ES, MA, MG e PA estão envolvidos nessa ação. O objetivo é aumentar o grau de conscientização do cidadão e o acesso a informações sobre seus direitos e deveres, bem como estimular ações para cidadania, aproveitando as viagens de trem para oferecer aos passageiros novas oportunidades de aprendizagem, informação e reflexão. As estações de trem

foram adaptadas para a realização de oficinas pedagógicas e palestras com agentes capazes de promover o diálogo e a reflexão. Os trens foram equipados com monitores de TV e vídeo, que veiculam a programação educativa que Vale orienta os passageiros sobre o uso de trens e estações; enquetes sobre higiene, segurança, prevenção de acidentes, meio ambiente, destinação do lixo e transporte de animais são realizadas. É realizada também a atividade Portões Abertos. São realizados encontros com grupos locais nas estações de trem, abordando temas de interesse dos participantes e buscando replicar a tecnologia social de mobilização comunitária.

Programa Vale Alfabetizar está presente nos estados do Pará - Abaetetuba, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Marabá, Moju, Paragominas, Parauapebas, Tomé-Açu; Minas Gerais - Aimorés, Itabira, Mariana, Nova Era, Ouro Preto, Resplendor, Rio Piracicaba, Sabará, Santa Bárbara; Maranhão - Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Bacabeira, Bom Jesus das Selvas, Rosário, São Luís, São Pedro da Água Branca; Sergipe - Barra dos Coqueiros, Capela, Rosário do Catete; Espírito Santo - Baixo Guandu, Cariacica e volta sua atenção para brasileiros com mais de 15 anos que não foram alfabetizados. De 2000 a 2007, 101.348 pessoas concluíram o programa, e em 2007 foram 13.569 concluintes. 14.982 óculos foram doados entre 2005 a 2007 através do Projeto Ver. Busca contribuir com a redução do analfabetismo e capacita alfabetizadores com parcerias com a ONG Alfabetização Solidária (Alfasol), Secretarias Municipais de Educação, instituições de ensino superior. O Vale Alfabetizar também apóia o Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos territórios e por meio do projeto TeleSol-Vale vem desenvolvendo projeto piloto nos municípios de Itabira e Nova Era em Minas Gerais, onde educadores recebem capacitação e telessalas com o objetivo de dar continuidade à escolarização de quem não completou o ensino fundamental.

Programa Museu Vale presente em Vila Velha/ES desde 1998 realiza atividades educacionais, como visitas guiadas para estudantes do Ensino Fundamental e oficinas sobre as instalações de arte contemporânea expostas no Museu, bem como difunde a arte contemporânea no Espírito Santo e divulga artistas locais em todo o país. Preserva a história do universo ferroviário e em

2007 o museu realizou três exposições, um seminário internacional e cinco workshops recebendo 93.601 visitantes, incluindo 36.461 estudantes.

Programa Vale Música é desenvolvido em três estados - Espírito Santo - na Grande Vitória, Pará, em Belém, e Mato Grosso do Sul, em Corumbá - e busca realçar as características culturais do território e a arte musical de seus habitantes incentivando a música clássica e as representações regionais e populares como o Congo. Em 2007, os dois projetos, Vale Música Academia de Ensino e Vale Música - Cultura Regional, beneficiaram 810 crianças e adolescentes. Fazem parte deste programa Associação de Amigos da Orquestra Filarmônica do Espírito Santo (AAOFES), Centro Cultural Caieiras (Cecaes), Instituto Homem Pantaneiro e Fundação Amazônica de Música.

Programa Vale Juventude é fruto da ampliação de um programa criado pelo governo do Estado de Minas Gerais e pela Fundação Odebrecht em 1994, voltado para jovens e adolescentes na faixa etária entre 11 e 19 anos, tendo como eixo a educação afetivo-sexual. Em 2001, a Vale expandiu o programa implantando-o em municípios de Minas Gerais (Barão de Cocais, Brumadinho, Catas Altas, Congonhas, Governador Valadares, Itabira, Mariana, Ouro Preto, São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara) com a participação da organização Martins Pereira Consultoria Educacional. Hoje, o programa é também desenvolvido no Pará (Abaetetuba, Barbacena, Marabá, Parauapebas, Tomé-Açu) e até 2007 foram atendidos 44.952 mil adolescentes e jovens com vistas ao seu desenvolvimento pessoal, social e produtivo e 2.372 profissionais de saúde, educação e assistência social foram capacitados. O programa visa também à formação de agentes de desenvolvimento territorial com jovens entre 15 e 19 anos preparando-os para o mundo do trabalho, com a participação de Ong's, escolas e prefeituras e o Instituto Aliança no Pará.

Programa Rede que Vale, com atenção voltada para os jovens, busca o envolvimento de empresas a fim de formar uma rede de articulação, profissionalização e encaminhamento de jovens para o mercado de trabalho. O programa investe na geração de trabalho e renda por meio de um conjunto de projetos de Responsabilidade Social e de Voluntariado Empresarial com a participação da Rede Cidadã, prefeituras, iniciativa privada, universidades, organizações sociais e voluntários. Contam com este programa os estados de

Minas Gerais (Brumadinho, Betim, Congonhas, Contagem e Governador Valadares) e Espírito Santo, no município de Cariacica. Tem como foco também o desenvolvimento de micro e pequenos empreendimentos e de agrupamentos associativos, por meio de treinamentos, aconselhamentos em gestão e orientação para acesso ao microcrédito. Em 2007, 2.744 jovens treinados, 1.266 em processo de seleção e recrutamento e 289 contratados; 86 empreendedores apoiados e 121 voluntários.

Programa Voluntários Vale busca fortalecer o diálogo social e contribuir para o desenvolvimento local estimulando a cultura de voluntariado dentro da Vale, ao incentivar uma postura socialmente responsável dos empregados e contratados da Vale.. O programa iniciou em 2004 e anualmente os voluntários da empresa, seus familiares, amigos e vizinhos, além de diversos interessados em participar de ações como distribuição de alimentos, plantio de árvores, pintura e reforma de escolas, atendimentos de saúde e atividades de cultura lazer e esporte, se reúnem no Encontro Nacional e participam do Dia V, realizado sempre no primeiro domingo do mês de dezembro. As entidades e organizações participantes deste programa são: Empresas do Grupo Vale; Portal do Voluntário; Iniciativa Brasil; voluntários; comunidade e parceiros locais. Diversos são os estados integrantes: Espírito Santo, Bahia, Goiás, Pará, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Mais de 1200 inscritos na Rede Voluntários Vale e mais de vinte redes locais participam do programa. No Dia V de 2007, participaram 8.025 voluntários, em 460 ações voluntárias, com 495 parceiros perfazendo um total de 66.299 pessoas beneficiadas.

Projeto Novas Alianças objetiva fomentar a democracia participativa na construção de alianças no poder legislativo e nos meios de comunicação, instâncias que ajudam a zelar pela continuidade das conquistas sociais estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Para tanto, volta-se na ajuda do desenvolvimento da capacidade dos conselheiros de gestão pública na área da criança e adolescente por meio de curso de duração de 40 horas dirigido à conselheiros, membros das secretarias executivas dos conselhos de gestão pública, membros do Ministério Público, vereadores e assessores e integrantes de movimentos sociais. Com este curso, os participantes são preparados para participar do planejamento, monitoramento e avaliação do orçamento público.

Após o curso, os concluintes são orientados a elaborar e executar um plano de ação e a mobilizar outras pessoas para o mesmo fim e esse grupo é assessorado durante um ano. Este projeto vem sendo desenvolvido em Minas Gerais nos seguintes municípios: Aimorés, Barão de Cocais, Belo Horizonte, Catas Altas, Congonhas, Governador Valadares, Itabirito, Itueta, Mariana, Ouro Preto, Resplendor, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo. Em 2007, participaram cinquenta municípios e contou com parceiros apoiadores (Assembléia Legislativa de Minas Gerais - Comissão de Participação Popular/Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais e Ministério Público de Minas Gerais) e parceiros estratégicos (Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), Fundação Avina, Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Minas Gerais, Instituto Ágora em Defesa do Eleitor e da Democracia, Instituto Caliandra e Oficina de Imagens - Educação e Comunicação).